



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11231 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

PROPOSIÇÃO E REALIDADE: DIÁLOGO DOS DOCUMENTOS FEDERAIS NAS PROPOSTAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DECORRER DA PANDEMIA DA COVID-19

Stephani Oliveira Coelho - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Edson Cordeiro dos Santos - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ e PNPD/Capes

PROPOSIÇÃO E REALIDADE: DIÁLOGO DOS DOCUMENTOS FEDERAIS NAS PROPOSTAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DECORRER DA PANDEMIA DA COVID-19

O trabalho é parte de uma investigação em andamento, envolvendo três universidades, que analisa concepções e ações dos sistemas municipais de ensino de um estado da Federação, privilegiando, para este recorte, as estratégias realizadas pelas Secretarias Municipais de Educação (SMEs) no âmbito da Educação Infantil (EI) no período da Pandemia da Covid-19. A coleta de dados deu-se de maneira virtual nos *sites* e redes de compartilhamento oficiais dos municípios. O marco temporal da busca das informações foi de 16/3/2020 (início do primeiro isolamento social) e no decorrer do ano de 2021.

Para este texto, analisaremos as imagens de materiais utilizados pelas SMEs, relacionados às atividades pedagógicas enviadas para crianças e famílias, para compreender como ocorreu o trabalho pedagógico no período da emergência sanitária. O Banco de Dados foi construído a partir das imagens disponibilizadas e organizadas pelos municípios, formando um primeiro arranjo na *coleção*, em termos benjaminianos, onde “[...] o verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representá-las em nosso espaço.” (BENJAMIN, 2007, p. 240). No segundo momento, a ordenação foi alterada, compondo uma nova *coleção*, organizada em categorias para o aprofundamento das análises. Pretende-se investigar como as políticas da EI, propostas pelo Governo Federal, repercutem nas ações educativas elaboradas por municípios no período de emergência sanitária, quais as concepções de EI que permeiam

as ações propostas? Pelo formato deste trabalho, as imagens são apenas mencionadas, contudo, compõem nosso acervo de pesquisa.

A opção metodológica leva em conta a implementação de políticas públicas, que, de acordo com Lotta *et al.* (2019, p. 2), tem a preocupação de “compreender como as regras e planos das políticas são transformadas em ações concretas a partir da ação de diferentes atores.” Para o campo de estudo foram selecionados 16 municípios de uma Unidade da Federação, levando em conta as seguintes questões: o conceito de pares definidos com a ideia de que municípios semelhantes (população, matrículas na EI, PIB *per capita*) podem se movimentar de forma diferente em relação ao acesso na EI (NUNES, 2019). Ao grupo de municípios foi acrescentado um de ampla centralidade na política do estado em questão. A amostra representa quase 60% da população do estado. Aqui traremos informações de sete municípios, que possuíam, à época, plataformas de envio de atividades (M3, 4, 6, 10, 11, 12, 13).

Micarello e Amaral (2014) evidenciam que a EI vem ocupando espaço tanto na agenda das políticas públicas como no meio acadêmico. Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, diversas legislações foram produzidas no Brasil, trazendo orientações para os municípios atuarem, bem como elaborarem seus próprios arcabouços legais e pedagógicos. A legislação pode ser cumprida ou seguida, como também é capaz de ser completamente ignorada.

Cabe verificar se as orientações são seguidas pelos gestores municipais e se são agregadas às atividades no momento das atividades remotas no decorrer da Pandemia. No M3 encontramos uma imagem que trata da importância das atividades para a EI, enfatizando que elas contribuem para o desenvolvimento das crianças e por isso não são qualquer distração. Apesar de falar da importância da etapa, acaba deixando escapar a concepção de criança dirigida ao futuro, “formação de futuros cidadãos.”

Há necessidade de se planejar as atividades para essa etapa, de modo que os/as meninos/as possam aproveitar um processo político-pedagógico que possua as vivências da criança no centro de sua construção, como é discutido no texto dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2018b).

Além disso, encontramos muitas atividades relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Contudo, é comum vermos, nos municípios da amostra, atividades escolarizantes. Em M3, 12 e 13 encontramos atividades de escolarização explícitas, tais como, incentivo para a criança procurar rótulos de produtos que comecem com a mesma letra do seu nome, ou que a incite a contar, fazendo um tabuleiro no qual ela precisará da ajuda de um adulto na formulação. Esses exercícios instigam a um aprendizado mecânico das letras, dessa forma nos perguntamos: no que isso pode contribuir para a formação de uma criança na EI?

Como eixos orientadores do Currículo, as Dcneis estabelecem as interações e a

brincadeira para as práticas pedagógicas. Atividades relacionadas à brincadeira aparecem, por exemplo, em M3, 6, 10 e 11, tais como, enfatizando que a brincadeira influencia na compreensão do mundo das crianças. Através do brincar as crianças interagem com o mundo e com os outros. Entretanto é importante considerar o contexto de isolamento social. Os espaços da casa, a falta de crianças, o pouco tempo que os pais ou responsáveis possuem para estar com elas, por conta do trabalho, dificulta o desenvolvimento dessa característica tão natural das crianças.

Outro documento que aparece nas atividades dos municípios investigados é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018a). As atividades de brincadeiras citadas acima, em relação às Dcneis, também se relacionam à BNCC no direito de aprendizagem e desenvolvimento nomeado como “brincar”, e no campo de experiência “corpos, gestos e movimentos”. Os M4 e 11, por exemplo, utilizam tal documento, seja apresentando o planejamento das atividades com os códigos alfanuméricos presentes na BNCC, seja organizando a semana, contendo os conteúdos para as atividades remotas estruturadas pelos objetivos de aprendizagem.

Em relação ao processo pedagógico assinalamos disparidades no acesso e qualidade das atividades propostas. Algumas instituições só copiaram e colaram atividades que já existiam na *Internet*, outras buscaram adaptar os planejamentos levando em consideração o momento presente, no qual todos nós nos deparamos com incertezas.

As dificuldades encontradas não foram estabelecidas na atualidade. A descontinuidade nas políticas, bem como as distintas interferências nas atividades propostas e as dificuldades na consolidação de projetos efetivos já eram motes de pesquisa antes mesmo da Pandemia. A necessidade de se fazer tudo mais rápido, pelo momento emergencial, apenas intensificou a demanda e os pontos a serem ajustados. A Pandemia ainda em curso, traz a necessidade da continuidade de medidas eficazes nos diferentes setores governamentais, contudo, defendemos que o direito à educação de qualidade para todos/as deve ocorrer mesmo em momentos de crise.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO INFANTIL; PANDEMIA; TRABALHO PEDAGÓGICO

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil* – Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, Gestão de Tecnologias em Educação, 2018a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros de qualidade para a educação infantil*. Vol. 1. Brasília: MEC/Undime, 2018b.

LOTTA, Gabriela *et al.* Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. Artigo 3 *IU Enapg, Conference Paper* (PDF Available), mai-2019.

MICARELLO, Hilda; AMARAL, Maria Cristina Fontes. 8. Perspectivas e interfaces da avaliação da/na educação infantil. *In*: GUIMARÃES, Célia Maria; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos de (Orgs). *Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

NUNES, Maria Fernanda Rezende (Org.). *Expansão da escolaridade obrigatória e política de educação infantil no estado do Rio de Janeiro*. [Ebook]. Rio de Janeiro: Unirio, 2019.